

GT10: Antropologia das Mobilidades

André Dumans Guedes, Candice Vidal e Souza

Este grupo de trabalho pretende abrigar e pôr em relação pesquisas que tenham as mobilidades como objeto etnográfico. É nossa pretensão dialogar com trabalhos que abordem as formas, significados, experiências, narrativas e práticas de mobilidade em contextos os mais diversos: nas grandes metrópoles ou nas roças, nas matas ou águas, em aldeias ou instituições modernas, nas estradas e caminhos conectando ou localizando-se "entre" lugares como esses. Buscaremos assim aproximar trabalhos oriundos de distintos subcampos da antropologia: a etnologia indígena; a antropologia urbana ou feita nas cidades; os estudos do campesinato e dos povos e comunidades tradicionais; a antropologia da economia, da política, do estado ou da ciência. Inspirados por certas abordagens pioneiras surgidas nos estudos sobre o campesinato brasileiro, iremos privilegiar investigações onde a análise dessas múltiplas formas e modalidades de movimento esteja orientada pelas reflexões, linguagens e formas expressivas de que se servem aqueles (ou aquilo) que se encontra em movimento. Sugerimos igualmente que os trabalhos apresentados contemplem questões referentes à articulação das mobilidades com a organização de coletivos, identidades e institucionalidades; às desigualdades nas capacidades diferenciais dos sujeitos de se mover (ou não se mover) decorrentes de diferenças de classe, gênero, geração, etnia ou filiação religiosa; ou às inovações e problemas metodológicos associados ao estudo das mobilidades.

O mal que vem de longe: cidade, mobilidade e alteridade Wassu-Cocal

Autoria: Evaldo Mendes da Silva

O objetivo deste trabalho é debater a relação entre territórios indígenas e espaços urbanos. O foco principal são as relações de grupos familiares Wassu-Cocal com a cidade e o modo como interpretam suas experiências de morar em áreas urbanas. A Terra Indígena Wassu-Cocal se localiza na Zona da Mata do estado de Alagoas, possui 2.758 e conta com aproximadamente 2.234 habitantes (IBGE, 2010). A história dos índios Wassu-Cocal, bem como de boa parte dos grupos indígenas no nordeste brasileiro, tem sido marcada por diversos processos de "mistura" e de "territorialização" vivenciados nos contextos colonial e pós-colonial brasileiro (Oliveira, 1998). Até meados do século XIX, os Wassu-Cocal ocupavam uma área de aproximadamente 57 mil hectares (Beltrão, 1980; Antunes (1984). No entanto, ao longo deste período aquelas terras foram sistematicamente invadidas e usurpadas por usineiros de tal forma que, em meados década de 1980, restavam apenas pequenas áreas de ocupação cercadas por extensos canaviais. Em 1985, um estudo proposto pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) avaliou que cerca de 70% da população Wassu-Cocal havia migrado para áreas urbanas e que somente 400 moradores permaneciam vivendo em pequenos lotes de terras (Mendes, 1985). Em 1991, após a demarcação e a pacificação dos conflitos, diversas famílias que viviam em áreas urbanas iniciaram um movimento de retorno à Terra Indígena. São famílias que viveram por anos ou décadas em pequenas cidades vizinhas, na capital, Maceió (que fica a aproximadamente 80 km de distância) e em grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. De modo geral, os "parentes de fora", como são chamados aqueles que vêm da cidade, são bem acolhidos por seus grupos familiares locais passando a viver em um dos quinze núcleos populacionais que compõem o aldeamento. A partir destas experiências vividas na cidade, pretende-se aqui oferecer perspectivas etnográficas que se distanciem da visão integralista que pressupõem que a vida na cidade "apaga" ou "dissolve" os marcadores de diferença e de alteridade indígenas. O trânsito entre a cidade e a aldeia é parte da vida cotidiana dos Wassu-Cocal e o objetivo deste trabalho é trazer à reflexão estas experiências que, aos nossos olhos, podem parecer modos de socialização incompatíveis. Dentro desta perspectiva, a "cidade" como um espaço físico e social será um

elemento chave para compreendermos como os Wassu se relacionam e dão sentido a estes fluxos e movimentos.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

